

O PROCESSO DE CONSCIENTIZAÇÃO POLÍTICA DAS IDENTIDADES TRAVESTIS E TRANSEXUAIS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

Daniel Filipe Moraes (IC) e Alex Moreira Carvalho (Orientador)

Apoio PIBIC Mackenzie

Resumo

Historicamente as pessoas trans* são perseguidas, violentadas, marginalizadas e concebidas pela sociedade como seres anormais, pois parte-se da ideologia cisnormativa de que o natural é se identificar com o gênero atribuído ao nascimento. Esta pesquisa investigou como se dá o processo de conscientização política das identidades travestis e transexuais, por meio de um estudo exploratório de método qualitativo e com entrevistas semiestruturadas como instrumento metodológico. Estas foram aplicadas em quatro militantes Trans* da cidade de São Paulo. Como referencial teórico nos ancoramos nos conceitos de Identidade de Louro, Sawaia e Butler e nos conceitos de conscientização de Freire e Martín-Baró. As instâncias sociais – família, mídia, igreja, lei – realizam a pedagogia da sexualidade e do gênero no qual reiteram as práticas hegemônicas que legitimam formas específicas de expressão da sexualidade e do gênero, logo as identidades travestis e transexuais, são frequentemente contestadas, reprimidas e marginalizadas. Uma vez dentro do lar, as identidades trans* sofrem uma série de violências frente ao desenvolvimento de sua identidade. A impossibilidade em ter sua identidade legitimada as leva ao contexto de extrema vulnerabilidade psicossocial. Por isso as pessoas trans* introjetam o fatalismo, traduzido em atitudes, ideias e sentimentos fatalistas frente ao próprio destino. A superação desta condição ocorre coletivamente, à medida que estes sujeitos resgatam sua memória histórica, recuperam suas virtudes e desvelam a produção social de seus papéis de explorados. Isto é possível apenas nos regimes democráticos, que possibilitam os embates, questionamentos e inquietações, por isso o desenvolvimento da consciência é uma experiência de coletividade.

Palavras-chave: Conscientização, Identidade, Transexualidade.

Abstract

Historically, transgender people are chased, brutalized and marginalized. Society sees them as abnormal beings, because the cisnormative ideology affirms that people should be identified with the gender they were born with. This research investigates how the political awareness of the transvestite and transsexuals starts, through an exploratory study based on qualitative method and semi-structured interviews as methodological instrument. The interviews were applied on four trans militants from the city of São Paulo. The concepts of

identity by Louro, Sawaia and Butler served as theoretical reference, as well as the concepts of awareness by Freire and Martín-Baró. Sexuality involves rituals, fantasies, discourses, representation, symbols and a vast spectrum of cultural processes. Instances of society – family, media, church, law – perform sexuality and gender pedagogy, in which they reiterate the hegemonic practices that legitimize specific forms of gender and sexuality expression. Therefore, both transvestite and transsexual identities are often contested, repressed and marginalized. Once at their homes, transgender people suffer episodes of violence because of their identity development. The context of psychosocial vulnerability is a result of the impossibility of having their identities legitimized. Because of it, transgender people introject fatalism, characterized in attitudes, ideas and fatalist feelings in relation to their destinies. Overcoming this condition occurs collectively, as they recover their historical memory, virtues and perceive the social production of their exploited roles. This is only possible in democratic regimes that offer possibilities of conflicts, questions and concerns, that is why the development of consciousness is a collective experience.

Keywords: Awareness, Identity, Transsexuality.

INTRODUÇÃO

O Brasil é recordista mundial em número de crimes motivados por identidade sexual e de gênero. No ano de 2013 foram contabilizados 312¹ assassinatos, dentre os quais 108 referiam-se às pessoas trans*², totalizando 40% dos homicídios registrados no mundo em função da identidade de gênero. Em 2014, houve um aumento de 4,1% neste índice. Estes dados refletem a violência à que este público está sujeito na sociedade e a negligência do poder público em garantir a segurança da população LGBT.

Historicamente as pessoas trans* são perseguidas, violentadas e marginalizadas, são concebidas pela sociedade como seres anormais, pois parte-se da ideologia cisnormativa de que o natural é se identificar com o gênero atribuído ao nascimento (JESUS, 2012). Estas pessoas deixam de ser vistas em sua totalidade, são reduzidas ao estigma e, portanto, não são consideradas completamente humanas. Este atributo depreciativo é uma categoria social que desqualifica as pessoas, desabilitando-as para o convívio social (GOFFMAN, 1988).

Estas pessoas sofrem frequentemente violência física e psicológica; tem seus direitos fundamentais violados, como as burocracias institucionais que frequentemente as impede ou obstaculizam o uso do nome social; estão sujeitas a exclusão estrutural, representada na dificuldade ou mesmo impossibilidade de acesso à educação, inserção no mercado de trabalho qualificado, utilização de banheiros públicos, bem como as múltiplas ameaças de agressões e homicídios que estão intrínsecos ao cotidiano destes sujeitos (JESUS, 2013).

As identidades trans* são patologizadas pelo discurso médico. Desta forma, a experiência de readequação do corpo, é legalmente subordinada a uma série de avaliações e exames, realizados por aqueles que estão nos lugares de fala, autorizados a transmitir e determinar ordens. O saber instituído dissimula a existência da dominação e anula os sujeitos reais como autores de seus discursos (CHAUÍ, 2006).

No Sistema Único de Saúde, o processo transexualizador – terapia hormonal, cirurgia de redesignação sexual, tireoplastia para a redução do pomo de adão, mastectomia, histerectomia e demais cirurgias complementares – depende do acompanhamento psicológico e psiquiátrico por um período de dois anos. Segundo Carvalho (2011), estes atendimentos são processos higienizadores, que visam a purificação da poluição de gênero; ao disciplinarem os corpos, possibilitam a construção de um feminino medicamente desejável. De acordo com Butler (2003), esta perspectiva se contrapõe a que compreende o gênero

¹ Dados obtidos pelo “Relatório Anual de Assassinato de Homossexuais no Brasil (LGBT)” realizado pelo Grupo Gay da Bahia e coordenado pelo Prof. Dr. Luiz Mott. Relatório disponível em: <<http://homofobiamata.files.wordpress.com/2014/03/relatc3b3rio-homocidios-2013.pdf>> Acesso em: 13 set. 2014.

² Trans* é um termo guarda-chuva que expressa algumas identidades, como transexual, transgênero ou travesti. Em nosso trabalho usaremos a terminologia trans* para expressar as identidades travesti, mulheres e homens transexuais. Ver: <http://transfeminismo.com/trans-umbrella-term/>

como meio discursivo e cultural, atos intencionais e performativos que produzem significados. Em outro trabalho, Butler (2009), afirma que se por um lado o diagnóstico favorece o acesso aos recursos médicos e tecnológicos para a transição, por outro fortalece os estigmas acerca do disfuncional, anormal, doente e compromete em certa medida a autonomia destes sujeitos.

As pessoas trans* e parceiros de luta, têm se mobilizado internacionalmente contra a patologização das identidades trans*, e pela autodefinição e reconhecimento de seus gêneros, independente do sexo biológico (JESUS, 2013).

A literatura aponta o dia dois de maio de 1992 como início da primeira organização política de travestis da América Latina. Neste dia um grupo de travestis que sofriam constantes represálias policiais fundaram a Associação das Travestis e Liberados, com o intuito de impedir as prisões indiscriminadas no Rio de Janeiro. Outro fator que contribuiu para o desenvolvimento de movimentos de travestis, foi o investimento das ONGs em projetos de prevenção de DST-AIDS. As conquistas deste grupo, motivaram a organização do primeiro Encontro Nacional de Travestis e Liberados – ENTLAIDS, que contou com noventa e cinco participantes de cinco estados brasileiros. Após este encontro, surgiram novas organizações de travestis em diversas regiões do país (CARVALHO, 2011).

São poucas as produções acadêmicas que se aprofundam nos conceitos políticos dos processos de consciência e identidade destes grupos, visto o diminuto número de autores que trabalham com essa temática, a exemplo: Alessandro Soares Silva, Renato Barboza, Mario Carvalho, Berenice Bento e Jaqueline Gomes de Jesus. Portanto, a presente pesquisa tem caráter exploratório uma vez que se debruça sobre este terreno pouco explorado no intuito de desvelar os sentidos e significados que envolvem estes processos. A fim de contemplar e aprofundar estas discussões, o presente estudo investigou o processo de conscientização política das identidades travestis e transexuais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com Louro (2000), as sexualidades envolvem rituais, fantasias, discursos, representações, símbolos e outros diversos processos culturais. O corpo é uma construção: por meio de processos culturais é possível transformar a natureza e a biologia, garantindo assim historicidade e sentido social. Os gêneros e as sexualidades são instituídos pela cultura, definidas pelas relações sociais e pelas redes de poder. A autora afirma que estas identidades são sociais e políticas; ao reconhecer-se em uma delas, o sujeito estabelece um sentido de pertencimento a um grupo social.

A sociedade toma o corpo como referência para as identidades, aparentemente a biologia deduz uma identidade de gênero, sexual ou étnica, contudo, estas definições

frequentemente são equivocadas, já que os corpos são volúveis e pela cultura são continuamente significados e alterados. As sociedades demarcam as fronteiras entre àqueles que representam a norma e os que ocupam as margens. Historicamente, nossa sociedade estabelece como norma o homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão. Estes grupos são socialmente legitimados a representar a si mesmos e aos segregados e marginalizados, desta forma é possível afirmar o caráter político das identidades culturais e sociais, elas são representadas e significadas pela mediação das relações de poder (LOURO, 2000).

A identidade é uma categoria política que normatiza e regula as relações sociais, podendo gerar processos de integração ou exclusão. A luta pela identidade envolve disputas de poder e confrontos políticos, que incluem ou excluem grupos sociais dos direitos à cidadania. As formações identitárias carregam sentidos, conflitos de interesse, processos de diferenciação e hierarquização assim como regulam as relações de poder, que podem reforçar a dominação ou fazer-lhe resistência. As redes de poder conduzem a especulações sobre a identidade do outro: os dominadores costumam indagar-se acerca das identidades dos dominados com intenções específicas de legitimar seu domínio e controle sobre o outro. Assim, é necessário se ater àqueles que questionam a fim de apreender suas reais intenções (SAWAIA, 2011).

As instâncias sociais – família, mídia, igreja, lei – realizam a pedagogia da sexualidade e do gênero no qual reiteram as práticas hegemônicas que legitimam formas específicas de expressão da sexualidade e do gênero, logo as identidades travestis e transexuais, são frequentemente contestadas, reprimidas e marginalizadas. Contudo, os sujeitos não são participantes passivos desse processo, eles se envolvem ativamente no decurso da constituição de suas identidades (LOURO, 2000).

Butler (2014), afirma que as normas governam a inteligibilidade social, permitindo que determinados costumes e ações sejam reconhecidos como legítimos; as identidades além da norma continuam sendo definidas em relação a ela. Para a autora o gênero é o constructo pelo qual se manifestam as produções e normalizações do masculino e feminino, conjuntamente com as formas hormonais, genéticas, físicas e performativas. O gênero se movimenta para além do determinismo binário naturalizado, dessa forma, o discurso restritivo que insiste no binarismo como única forma de entender a esfera dos gêneros, opera a regulação do poder, naturaliza a instância hegemônica e impossibilita seu rompimento.

Bento (2006), afirma que as identidades superam o policiamento e ultrapassam as fronteiras que as regulam. Entre estas identidades encontra-se a transexual que rompe as normatizações e reconstrói o corpo, readequando-o ao gênero reivindicado. Contudo, a

reconstrução se pauta na cisgenderidade como norma, neste sentido Butler (2014), afirma que mesmo as identidades desviantes são definidas pela norma, a identidade transexual é contraposta à cisgênera e por meio do discurso dos especialistas, se torna inteligível à sociedade. Quando o saber médico institui a concepção transexual, apaga a legitimidade da pluralidade, já que delimita por meio de um protocolo as regras para se estabelecer a identidade transexual (BENTO, 2006).

Segundo Sawaia (2011), a identidade pode se rebelar contra as imposições do poder, as condições do futuro, as limitações de movimento e de multiplicidade. As identidades impulsionam o sujeito a querer ser diferente, pois compreendem e valorizam a diferença. Assim, a identidade se torna mutável, integra o sujeito ao coletivo e admite as multiplicidades de forma afetiva. Há um potencial significativo de desenvolvimento da conscientização política das identidades em constante interlocução nos espaços coletivos.

Para Freire (1980) a conscientização advém de nossa relação com a realidade material e a nossa subjetividade, portanto ela é histórica, pois é construída em um determinado período, contexto e cultura. Freire destaca a importância da democracia para a consciência, pois o desenvolvimento da consciência pressupõe formas de vida questionadoras, inquietas e dialogais em oposição as formas de vida silenciadas, passivas e discursivas produtos de fases rígidas e militarmente autoritárias. A educação democrática é fundamental para que os homens desvelem as contradições sociais, substituam explicações mágicas e religiosas por princípios causais, abandonem seus preconceitos na análise dos problemas e para que percebam a realidade com o mínimo de deformações, enfim, para o desenvolvimento de uma consciência crítica (FREIRE, 2014a).

Quando a consciência dos sujeitos está imersa na realidade, delimitada ao que há de mais vital, biologicamente falando, falta o teor histórico da vida, causando um descompromisso do homem com sua história. Por não conseguir compreender estruturalmente a realidade social os sujeitos explicam seus problemas de forma mágicas e ficam reféns do fatalismo, pois são oprimidos pelas classes dominantes e impedidos de desenvolverem consciência desta realidade que os oprime (FREIRE, 2014b).

Para Martín-Baró (1988a), o fatalismo corresponde a compreensão da existência humana como predeterminada, cujo destino está definido, não restando formas de intervir neste processo. O fatalismo é uma grande realidade objetiva e ideológica dos países latino-americanos. Primeiramente o fatalismo se forja como uma realidade social, extrínseca e objetiva, posteriormente os sujeitos dominados internalizam e convertem o fatalismo em uma realidade subjetiva e uma atitude pessoal. O Fatalismo pretende-se à manutenção do status quo, uma vez que torna as classes dominadas dóceis, já que não possuem consciência para

se perceberem antagonistas das classes dominadoras, também possibilita que os dominados mantenham o controle social sem necessitar recorrer a coerção e estratégias mais repressivas.

MÉTODO

Este estudo adotou o método qualitativo de investigação, que privilegia o significado no processo de investigação e promove a elucidação de representações, valores, crenças, sentidos e atitudes. Esta perspectiva valoriza a aproximação entre o pesquisador e o sujeito de pesquisa, o que possibilita uma maior compreensão do fenômeno estudado (MINAYO, 1996).

A aproximação inicial em relação ao campo de investigação se desenvolveu com a participação do pesquisador nos espaços de militância LGBT paulistano. A aproximação entre o pesquisador e a realidade analisada foi inevitável, já que se defende a tese ontológica de que o sujeito é um ser cognoscente, que constrói saberes, expressa ideias, realiza ações e elabora interpretações do fenômeno social. Logo, entende-se que sujeito e objeto fazem parte de uma mesma dimensão (MONTERO, 2004). Desta forma, foi necessário estabelecer uma relação horizontal e simétrica (sujeito-sujeito/objeto), em que ambos – pesquisador e sujeito pesquisado – são cognoscentes e então se afetam mutuamente no decurso dialógico, dinâmico e transformador estabelecido na investigação.

A imersão no campo se deu em espaços de discussão, fóruns públicos, assembleias deliberativas e reuniões da sociedade civil LGBT. A participação nesses espaços propiciou a detecção de antagonismos sociais, dissidências intragrupais e interlocução entre os atores políticos. Esta perspectiva é definida por Montero (2004) como investigação-ação-participativa (IAP), pois requer que o pesquisador participe ativamente das atividades e eventos do campo. Suas estratégias metodológicas podem se transformar no contato com a realidade investigada, possibilitando, assim, a construção de uma ação crítica e reflexiva de caráter coletivo.

A participação do pesquisador no campo de investigação, constituído pela vida cotidiana dos sujeitos, favoreceu um convite à interlocução com os atores políticos que compartilham de forma tensa o espaço da militância. A fim de complementar as investigações, foi adotada a técnica de entrevistas semiestruturadas, que prevê a utilização de um roteiro previamente elaborado, focado em temas específicos, para auxiliar o pesquisador em sua prática. Nesta modalidade de investigação, o pesquisador tem liberdade para formular perguntas adicionais, sem que seja necessário seguir rigorosamente a estrutura formal do roteiro. Este tipo de entrevista possibilita, por meio do porta-voz, a elucidação dos sistemas

de valores, símbolos e representações de grupos determinados por condições específicas, como a história, a cultura e a sociedade (MINAYO, 1996; LAKATOS; MARCONI, 1991).

Participaram das entrevistas quatro militantes pelos direitos de travestis e transexuais de São Paulo: Dediane Souza, travesti de 27 anos, fortalezense que desde o colégio participa da vida política. Participou do Conselho Municipal da Juventude, do movimento LGBT e do movimento HIV-AIDS. No momento em que concedeu a entrevista era coordenadora do Centro de Cidadania LGBT, um equipamento da Secretaria Municipal de Direitos Humanos de São Paulo. Thais Azevedo, travesti mineira de 66 anos que chegou a adolescência junto com a ditadura-civil militar, cuidou das travestis em fase terminal na casa Brenda Lee, no surto da AIDS na década de 1980. Hoje é orientadora socioeducativa no Centro de Referência e Defesa da Diversidade. Leo Barbosa, homem trans que cursa direito e foi diretor da ONG ABCDS pela diversidade sexual e de gênero. Brunna Valin, mulher transexual do interior de São Paulo, começou sua trajetória de militância e ativismo em 2000 no movimento HIV-AIDS, participou do Fórum Paulista de Travestis e Mulheres Transexuais e hoje está como orientadora socioeducativa no Centro de Referência e Defesa da Diversidade.

Entendemos esses sujeitos como colaboradores da investigação; logo, há uma repartição dos lugares de produção do conhecimento, em que os participantes falam por si e o pesquisador principal comenta, interpreta e articula os dados coletados no campo e nas entrevistas (SCHMIDT, 2008).

Durante as entrevistas um aspecto da pesquisa suscitou debates e discordâncias entre os sujeitos: a questão do sigilo do nome e da preservação da identidade dos participantes. Os atores políticos discordaram dessa premissa ética, alegando que uma pesquisa que pretende investigar a constituição da consciência política não deve anular o nome dos sujeitos, sob risco de despersonalizá-los, silenciá-los e massificá-los. Em sua concepção, agindo assim, a pesquisa contribui para reforçar os preconceitos, negando suas identidades e protagonismo, assim desrespeitando-os como sujeitos. Os participantes do trabalho salientaram que a afirmação do nome é um ato político de reconhecimento da própria identidade e visibilidade pública de sujeitos relegados ao silêncio e marcados pela invisibilidade social.

Por consequência em razão da invisibilidade e do anonimato a que é submetido esse público, a presente pesquisa priorizou a manifestação e afirmação de suas identidades, apresentando seus nomes mediante expresse consentimento como forma de garantir o protagonismo político e a coautoria do estudo.

A participação em rodas de conversa possibilitou a identificação de atores políticos engajados com as causas LGBTs. O pesquisador selecionou paulatinamente os sujeitos, apresentou-lhes a proposta e fez o convite para colaborar com o estudo. Conforme o aceite,

foi agendada uma data posterior para a realização das entrevistas. Os colaboradores ficaram à vontade para escolher o local e o horário. As entrevistas foram realizadas como um ato colaborativo no formato de conversa, em que ambos, entrevistador e entrevistado, estavam em nível de igualdade, e ficaram à vontade para falar. O pesquisador buscou não interromper os silêncios ou os discursos; foi possível notar que no decorrer da entrevista, os colaboradores refletiam e ressignificavam determinados conteúdos.

Como metodologia de análise dos dados, utilizou-se a Hermenêutica de Profundidade, que é constituída por três procedimentos: análise sócio-histórica, análise formal e interpretação. A primeira dimensão que se desenvolve é a análise sócio-histórica, que requer a reconstrução das condições sociais e históricas específicas em que as formas simbólicas são produzidas, difundidas e recebidas. A análise formal se ocupa das construções simbólico-discursivas, procurando desvelar as organizações internas das formas simbólicas, suas características estruturais, seus padrões e relações (THOMPSON, 1995).

Por último, foi construída a interpretação, mediada pelas análises sócio-histórica e formal, a qual implicou em uma síntese criativa dos significados. Este processo transcende a contextualização das formas simbólicas, tratadas como produto e como construção. O caráter transcendente pode ser identificado no que as formas simbólicas representam e comunicam, o que se apreende no processo de interpretação (THOMPSON, 1995).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para entender o processo de conscientização política das pessoas trans* é importante ater-se ao contexto social em que a maioria destas identidades se desenvolve. Ao se entender travesti ou transexual, o sujeito começa a sofrer uma série de violações e violências no desenvolvimento de sua identidade como a reprovação das diversas instituições em que está inserido, à saber escola, família, religião, trabalho etc. Quando a potência para se tornar trans* prevalece, se sucede uma série de exclusões que provocam extrema vulnerabilidade, como situação de rua, evasão escolar, perda de referências e rede de apoio, como demonstra o depoimento de Leo Barbosa (setembro de 2015) “Bom, você esquece que você vai morrer sozinho. Você vira trans* e parece que todo mundo se afasta, não é? Até seus melhores amigos se afastam, te aceitam como lésbica mas não te aceitam como transexual”.

Neste contexto, estas pessoas acabam procurando maneiras de subsistir, o que as leva a trabalhos informais, as mulheres transexuais e travestis são levadas à prostituição compulsória que não lhes garante os direitos e perpetua a exclusão. Nota-se que esta experiência está atrelada a uma situação econômica muito bem delimitada. Quanto menos recursos financeiros, maior será a vulnerabilidade da pessoa trans*:

(...) os pais que tinham uma certa posição financeira, quando percebia uma certa diferença no filho, os médicos aplicavam hormônio, era uma barbárie, ou então os menos esclarecidos botavam os filhos para fora. No caso, eu por exemplo, tive dificuldade de toda natureza, e depois na minha adolescência chegou junto com ditadura... então, você, uma travesti ela não tem acesso à escolaridade, porque é uma questão do bullying, sem nenhum amparo de nenhuma natureza de nenhum lado, tudo fica insustentável para travesti, e ela vai correndo, como um animal acuado. A gente vai achando cada buraco que aparece na frente e vai entrando... Aí você vai perdendo o contato com a civilidade mesmo, com as questões sociais. E aí em que momento você vai adquirir consciência política, se você não tem acesso a nenhuma questão que possa lembrar que você é uma pessoa, que você é um cidadão? (Thais Azevedo, depoimento dado em agosto, 2015).

De acordo com Pimentel e Barbosa (2013), o abandono do lar ocorre atendendo a necessidade de se desenvolver os aspectos identitários desejados e que não são aceitos pela sociedade. Posteriormente a saída de casa, dá-se um período marcado pelo distanciamento das características masculinas (no caso de travestis e mulheres transexuais) e femininas (no caso de homens trans).

Quando vão para as ruas, há a possibilidade de aproximação e convívio com seus iguais. Em relação às travestis e mulheres transexuais, frequentemente ocorre a experiência do “amadrinhamento”, realizada geralmente por uma travesti mais velha e experiente, que protege, aconselha e ensina os segredos de montagem e desenvolvimento do corpo para as iniciantes (PIMENTEL; BARBOSA, 2013). As cafetinas se valem da vulnerabilidade destas pessoas para lhes agenciarem e as submeterem a uma série de experiências violentas. Como relata Dediane Souza (agosto, 2015):

Aquele sujeito ele tá muito mais vulnerável, ele precisa ir pra rua porque ele precisa comer na rua. É difícil perceber isso, e é também difícil perceber como nós também aproveitamos da vulnerabilidade dos outros, quando a gente fala do processo de cafetinagem, quando a gente fala do processo de bombadeiras, das falsas gerentes. Do processo do poder paralelo que é construído junto da vulnerabilidade das travestis e das transexuais. Eu sou um pouco odiada por conta disso, eu sou totalmente contrária a esse poder paralelo que se constrói no cotidiano das grandes metrópoles com as travestis e as transexuais. Eu sempre digo que elas não são madrinha, elas são verdadeiras bruxas, porque elas tira ali o que você tem de mais fundamental, que é a essência, que é o cotidiano, que é você perceber a realidade de outra forma, de você não disputar poder dessas coisas todas.

Nesta situação de opressões constantes, precisando do outro para sobreviver é que as travestis, mulheres transexuais e homens trans introjetam o fatalismo (Martín-Baró 1998a) que se converte em atitudes, ideias e sentimentos fatalistas frente ao próprio destino, pois a existência humana está concebida de forma predeterminada. Esta interiorização da dominação social faz com que estes sujeitos acreditem que o destino já está definido, em geral por Deus, o que impossibilita a tomada de consciência frente aos antagonismos sociais e a posição de oprimidos por uma classe detentora do poder:

A pessoa brasileira ela desconhece as questões de direitos humanos, ela desconhece a relação humana. Então se eu vou trabalhar em uma empresa, eu tenho o cargo de gerente, eu exerço meu cargo de gerente da maneira mais equivocada possível, que é aquele poder doentio... vem o abuso, vem o assédio moral de toda a natureza com uma liberdade tão grande que eu acho que ele próprio desconhece que ele está na posição em que está exercendo o poder. Então a política do micro é uma tragédia, imagina quando você começa a ampliar seu olhar você tem vontade de fechar os seus olhos e não ver essa realidade, eu acho que o homem brasileiro caminha pra liberdade com uma lentidão muito grande, ele se amarra, ele se priva da liberdade, porque toda vez que eu te privar da liberdade eu estou privando a mim também (Thais Azevedo, depoimento dado em agosto, 2015).

De acordo com Freire (1980) a subversão desta realidade de opressão ocorre quando o oprimido se alinha com os outros oprimidos e aqueles que se solidarizam e libertam-se a si da condição de oprimidos e consequentemente libertam seu opressor desta condição. Esta liberdade ocorre ao passo que os oprimidos desvelam sua condição real de explorados e percebem o quão são carregados da identidade de seus opressores. Neste movimento, os oprimidos se apropriam de sua história e as desnaturalizam, como podemos observar no discurso a seguir:

Uma pessoa como eu, que é excluída, que tem uma série de obstáculos de inserção social, eu preciso acenar de uma maneira que eu fique interessante, que desperta curiosidade nas pessoas. E essas pessoas veem a mim e descobrem “Nossa, ela é uma pessoa como outra qualquer, banal mesmo, pensante...”. E pensam “Nossa, mas ela não fala nada... mas você desenvolveu-se onde?”. Porque nós somos produtos do meio. Aí a travesti ela é jogada no canto. A única coisa que você adquire é poeira. Você não adquire formação, você não tem bagagem de nenhuma natureza, a não ser de ódio, a não ser de rejeição, a não ser de agressão física, agressão verbal, desprezo. Então essa é a sua bagagem, foi isso que a sociedade te deu e você vai pro mundo com isso. Então é natural que de repente aconteça de eu estar linda e você ficar olhando e eu pensar “Ai, o que é, tá me olhando porquê?” Eu sou grosseira e você até se espanta “Nossa, é tão bonita, mas...”. Não tem outra coisa, porque eu só posso dar pra você o que eu tenho. E o que é que eu tenho, o que é que foi dado pela sociedade? Desculpa, inverta o jogo da sociedade, me dê outras coisas, que eu vou acenar pra você com essas outras coisas, eu vou fazer um leque de tudo que você possa me dar. E acenar pra vocês, como eu estou acenando com a minha violência, com a minha grosseria e a minha vulgaridade. Foi isso que vocês colocaram na minha bagagem. Papai, mamãe, os irmãos, as irmãs, titia, titio, vovó... Aí você vai pro mundo fazendo a sua trouxinha. (Thais Azevedo, depoimento dado em agosto, 2015).

Para Martín-Baró o rompimento com a atitude fatalista se dá pela desideologização, recuperação das virtudes e recuperação da memória histórica dos povos latino-americanos (MARTÍN-BARÓ, 2006). A desideologização ocorre à medida que as pessoas trans* desvelam a produção social de seus papéis, produtos de diversos mecanismos de opressão social:

A sociedade fez alguns marcos com a população, e não só com as travestis, com a população profissional do sexo. Criou-se um grande desrespeito com a população profissional do sexo. Criou-se, porque depois da ditadura, instalou-se grandes momentos que as pessoas podiam exercer essa cidadania sendo profissional do sexo. As donas dos bordéis, aquelas coisas luxuosas, riquíssimas, como era o centro de São Paulo, a prostituição é algo

milénar, e quando a gente entende que seres vão pra essa profissão por falta de opção, a gente tem que pensar em política. (...) Claro que a gente tem grandes estigmas que foram traçados que a gente carrega, que é ruim carregar estigma, como “Gays são promíscuos; travestis só roubam, são marginais e só vivem de prostituição, só saem de casa, não querem estudar...”, olha quanta coisa ruim, é tudo diferente! É tudo ao contrário! É evasão escolar, é evasão familiar, é evasão de tudo. Evadir tá dizendo que foi jogado pra fora, não é porque eu quis! (Depoimento concedido por Brunna Valin e novembro de 2015).

A recuperação das virtudes e da memória histórica é promovida em diversos meios LGBTs, por meio da produção artística, eventos de resgate da cidadania e círculos de militância. É comum nestes eventos a produção de discursos de resgate da memória oral, que sensibilizam os participantes, pois estes se reconhecem nestas falas, e então se identificam no coletivo, elaborando uma noção de pertencimento àquele grupo. Os resgates da memória oral em geral recuperam os traços de violência e agressão ao qual este público foi submetido, a potência de resistência deste grupo, além de valorizar as conquistas dos movimentos sociais em relação às políticas públicas.

Olha, deixa eu te contar uma coisa. O país não fez nada para as travestis, o país mata travesti. Nós matamos muitas pessoas, não só as travestis, mas as travestis, é claro, elas são as primeiras vítimas. Não há uma política social ainda pra isso... nem pro próprio homem, se ele é negro e é da periferia, você imagina se há uma política pra travesti. Há uma política pra travesti? Talvez essa pequena política que o Haddad faz agora gera essa maravilha que é o Transcidadania³ e você escuta os discursos “Ah, quer dá bolsa pra viado, quer dar bolsa pra travesti e não sei o que.”, e você escuta pessoas formadas com esse discurso, porque é assim, quando o governo gera alguma coisa que é muito bom pra classe média ninguém vai na janela bater panela, mas quando dá uma Bolsa Família, nossa, isso é uma tragédia! Você imagina, as pessoas não têm noção do que é essa bolsa, essa miserável Bolsa Família gera menos miséria, porque são pessoas que não sabem nem o que é necessidade. Isso é tudo desinformação, mas essa desinformação ela é histórica. (Thais Azevedo, depoimento dado em agosto, 2015).

Contra a desinformação, os movimentos sociais agem a favor da formação de seus participantes, inserindo nos debates formação política e pedagógica que os instrumentaliza-os para desvelar as estruturas sociais, entenderem o mundo e perceberem seus antagonistas, promovendo conscientização e fazendo com que suas consciências deixem de ser intransitivas e se tornem cada vez mais críticas, pois partem de uma educação dialogal e ativa, compromissadas com a realidade social e política que possibilita a pluralidade de discursos (FREIRE, 2014a). Os movimentos proporcionam a inserção em um universo material e simbólico que permite aos seus participantes pensarem o mundo e se repensarem dentro da lógica heteronormativa, instrumentalizando-os para subverterem estes códigos:

(...) comecei a entrar na militância de Facebook, dessas coisas todas, em 2010. Aí conheci o grupo “Todos contra a homofobia”, quando entrei lá eles

³ O Transcidadania é um projeto da Prefeitura de São Paulo que busca fortalecer as atividades de reinserção no mercado formal e resgate da cidadania da população trans*. Este projeto oferta uma bolsa auxílio que é condicionada a reinserção na escola e realização de cursos profissionalizantes.

tavam começando o grupo, e a gente vendo movimentações e tal. Eu comecei a ter acesso à umas nomenclaturas: cisnormatividade, heteronormatividade, sexismo... quando a palestrante terminou a falar sobre gênero, que eu entendi tudo, aí ela falou assim: “E agora Léo, você é homem ou mulher?” Cara, me deu um nó, velho, porque aí eu comecei a ver minha vida e falei: “Putá, eu nunca fui mulher.” (Leo Barbosa, depoimento concedido em setembro de 2015).

Por isso para Freire (2014a) a consciência só pode se tornar crítica quando imersa em um regime social verdadeiramente democrático. De acordo com o pensamento freiriano (1980), a conscientização requer a superação da forma espontânea de apreensão da realidade para que se alcance a esfera crítica, na qual a realidade é objeto cognoscível e os homens, mulheres e travestis apropriam-se de seu papel epistemológico. A conscientização existe apenas na práxis, na dialética do ato ação – reflexão, que insere as pessoas na história de maneira crítica e faz com que elas assumam seu protagonismo no mundo e criem sua existência.

De acordo com Freire (1980), a conscientização é um teste de realidade, quanto maior for a conscientização, mais se penetrará na essência do fenômeno do objeto que se pretende analisar. Neste sentido, os entrevistados demonstram que há níveis de conscientização dentro do movimento organizado. Quanto maior a consciência sobre a realidade, maior será a motivação para o engajamento ao embate:

Você sabe que a gente já luta por outros meios, né? A gente tá indo direto lá pra Brasília, naquelas reuniões LGBTs que tem. É por isso que eu tô te falando, tem dois tipos de movimento, esse movimento organizado que vai direto debater lá no poder público, e que consegue... E eles conseguem as coisas, e esse movimento direto que é eu, a Daniela Andrade, o pessoal aí, que é direto com o povão. Eu tenho que modificar eles aqui, pra que a gente possa modificando aos poucos e tal, e chegar numa conscientização maior, que quando chegar lá as coisas já estejam sendo pressionadas pelo povo aqui. Não é? É isso que é interessante. Porque se você for bater lá e vê que a maioria aqui tá pouco se lixando, você não vai conseguir. Entendeu? Então esses dois tipos de militância eu acho que tem muito campo. A militância organizada que discute isso diretamente com as bases lá em cima, com o governo, com o Estado; e a militância que faz com que as pessoas mudem ou lutem aqui na base (Leo Barbosa, depoimento concedido em setembro de 2015).

A conscientização implica na apropriação de uma posição utópica em relação ao mundo. Para Freire a utopia não é o irrealizável, tão pouco o idealismo, mas sim a dialética dos atos de denunciar a estrutura desumanizante e anunciar a estrutura humanizante. É impossível denunciar a estrutura desumanizante sem penetrá-la para conhece-la. É na práxis que as pessoas atuam no mundo e protagonizam a história. Segundo Freire (1980, p-16):

Os homens reacionários, os homens opressores não podem ser utópicos. Não podem ser proféticos e, portanto, não podem ter esperança. A conscientização está evidentemente ligada à utopia, implica em utopia. Quanto mais conscientizados nos tornamos, mais capacitados estamos para ser anunciadores e denunciadores, graças ao compromisso de transformação que assumimos. Mas esta posição deve ser permanente: a

partir do momento em que denunciamos uma estrutura desumanizante sem nos comprometermos com a realidade, a partir do momento em que chegamos à conscientização do projeto, se deixarmos de ser utópicos nos burocratizamos.

Ao se entender parte do processo político se desenvolve um posicionamento frente ao seu cotidiano:

A política ela é linda e é vasta. A questão é você amar a política, porque quando você ama você procura sempre o caminho certo. O amor ele te encaminha, te direciona. Agora quando você é um monstro de ego... Você é tomado pelo poder. Pela ânsia de poder, você não respira, você não vive, e você mata toda a possibilidade de política, você mata toda a possibilidade de diálogo, você vai matando e o seu exercício é matar, e é isso que tá acontecendo. O capitalismo traz isso (...) a questão do homem é a questão da humanização, e nós estamos perdendo a humanização pro capitalismo, nós estamos perdendo a humanização por causa que o capitalismo te leva à individualidade, te leva à luta pelo poder, porque se você não tem poder você perde tudo. E aí quando eu tenho todos esses medos na minha volta, todas essas ameaças, todas as ameaças de perder emprego e tudo, eu estou vivendo um período que seria de democracia com um certo terror que era gerado no período ditatorial. Então eu acho que eu não entendo muito bem de política, mas também não é preciso entender muito bem de política quando você entende que você é muito mais fragilizado socialmente do que você imagina. Parece que você tá vivendo num período que de repente você pode ser levado pra guilhotina, depende de quem foi eleito, de repente se meu presidente tomba, se tomba meu presidente. O que é que é isso? Nós estamos retrocedendo. (Thais Azevedo, depoimento dado em agosto, 2015).

Para Martín-Baró (1998b) a conscientização transforma a consciência que perpassa o conflito instituinte na sociedade, conflito relacionado à estratificação da sociedade por classes que se antagonizam e se opõem, portanto é um processo psicológico, já que é atualizado e sofrido pelos sujeitos em sua subjetividade, neste processo a pessoa vai se conhecendo e conhecendo o seu mundo em um papel primordialmente ativo. A conscientização também é um processo social, à medida que o social antecede o psíquico, já que a consciência só tem sentido frente a uma comunidade e seu universo simbólico e material.

A Entrevistada Dediane Souza (agosto de 2015), reconhece a universidade como antagonista das travestis “eu sempre achei a universidade um espaço que não estava em disputa, a universidade tem dono, a universidade tá demarcada”, pois entrou para o curso de Jornalismo e foi discriminada ao usar o banheiro feminino “E aí o diretor da faculdade veio falar comigo as seguintes palavras: “Você tem que evitar usar o banheiro feminino porque você não foi matriculada como menino, e eu tô vendo que você não é menina”. Esta ordem funciona à exclusão das travestis da experiência universitária, uma vez que não há possibilidade de apropriação dos espaços para o empoderamento e desenvolvimento destas identidades. De acordo com Sawaia (2011) as lutas pela identidade perpassam as disputas pelo poder e envolvem confrontos políticos que incluem ou excluem grupos sociais dos direitos à cidadania, como Dediane (agosto de 2015) exemplifica a seguir:

O diretor não me chamou pra conversar, ele me chamou pra decretar que eu estava proibida de usar o banheiro e ninguém consegue estudar quatro horas diárias sem utilizar um banheiro, por que a universidade não era um espaço de disputa? Porque a universidade ela ainda é um espaço privilegiado, onde qualquer outro sujeito que não seja esse privilegiado ele vai ser escorraçado em algum momento desse processo, como eu fui escorraçada.

Para Martín-Baró (1998b), as universidades devem assumir um compromisso político de conscientização, pois estão atuando como perpetuadoras do sistema por seu academicismo e tecnocracia. O método conscientizador é crítico, ativo, comunitário e dialético, por isso Martín-Baró propõe a reformulação dos currículos com base na investigação participante. Thais anuncia o academicismo presente na relação das universidades com as identidades trans, pois elas são tomadas como objetos de análise e não incluídas na experiência universitária como protagonistas de sua trajetória. Ainda assim a entrevistada subverte a ordem excludente e se coloca como protagonista de seu discurso:

Nós estamos começando a raciocinar. Hoje eu sou uma travesti que to dando uma entrevista pra você que é um gay. Essa entrevista, ela vai pra onde? *Entrevistador:* Ela vai para um artigo que vai ser publicado numa revista científica. *Entrevistada:* E essa revista quem vai ter acesso a revista? O pessoal mais acadêmico, e eles olham pra mim com um olhar humanizado ou com um olhar de estatística? um olhar de curiosidade, um olhar de ciência? Quem dera não seja um olhar de importância? que esse ainda é o meu olhar, mas eu tenho que dar as entrevistas que me pedirem, eu corro até o risco de perder o emprego nessas situações, mas eu preciso porque eu preciso ter voz. Porque eu tenho 66 anos e nunca tive voz. (Thais Azevedo, depoimento dado em agosto, 2015).

Para Sandoval (2001, apud SILVA, 2007), a identificação de adversários ocupa um lugar importante no estudo da consciência política. Sem a distinção precisa de um adversário em comum a mobilização e a coordenação de ações para objetivos específicos será dificultosa. Neste sentido, observamos entre os militantes Trans* que o Estado é representado como principal antagonista de seus interesses, pois dificulta por meio de vários mecanismos de controle, o transito social e a cidadania destas identidades:

Dezenas de direitos negados, que os LGBTs têm e que eles nem têm consciência de que são negados. Uma coisa estranha isso né. Então é assim, se ele tem emprego, e fica no comodismo; se a pessoa tem emprego, tem amigos, tem o dinheirinho pra ir pra balada tá ótimo, né? Eles não entram na discussão, enquanto isso a sociedade e a política se movimentando cada vez mais pra excluir essas pessoas, cada vez mais pra tornar elas sem direitos (Leo Barbosa, depoimento concedido em setembro de 2015).

Nota-se que o sistema capitalista promove uma inclusão perversa do público Trans*, promove uma “falsa cidadania”, pois ela está condicionada ao poder aquisitivo do sujeito. Uma vez de classe pobre e sem recursos materiais, as pessoas trans* voltam a serem socialmente excluídas e impedidas de viver e afirmar sua identidade em âmbitos menos restritivos. Neste sentido, a noção que os sujeitos têm das classes dominantes é de suma importância, pois demonstra o caráter antagonístico destas relações de classe, que desvelam os conflitos de interesses e projetos de sociedade.

Para o desenvolvimento da consciência política, é importante que os sujeitos saibam a classe à qual pertencem e as outras classes a qual pertencem os outros e da relação que estas outras classes mantêm com a sua e o significado atribuído aos antagonismos em termos de obstáculos para se obter benefícios materiais e políticos (SANDOVAL, 2001, apud SILVA, 2007). De acordo com a entrevistada Thaís Azevedo (agosto, 2015), ter consciência da classe à qual se pertence contribui na leitura social política e no lugar ao qual o sujeito ocupa na sociedade, consequentemente auxilia na identificação com as pautas a qual se pretende defender.

Então quando você começa a estudar, quando você começa a ler, você toma conhecimento dessas coisas, aí você toma partido, aí você não vai ser aquele hipócrita que não tem janta e que vai fazer um discurso de direita, e que vai defender um discurso de direita, porque você sabe o que é que é.

Neste sentido, os militantes acreditam que se pertencessem às classes dominantes teriam pouco empenho na mobilização para as ações coletivas e a busca por um projeto de sociedade inclusivo:

(...) porque eu acho assim, se fosse uma pessoa que tivesse uma colocação melhor, fosse tipo, financeiramente estável, classe média, morasse mais na região central e tal, e eu tivesse um poder aquisitivo maior, eu creio que eu não seria ativista e nem militante. Entendeu? (Depoimento concedido por Brunna Valin e novembro de 2015).

Diversos fatores contribuem ou dificultam o processo de conscientização política. Quanto mais marginalizado e excluído for o sujeito, mais difícil será o acesso aos meios simbólicos e materiais para o desenvolvimento de uma consciência verdadeiramente crítica e política. Entendemos que o público marginalizado ocupa um lugar estratégico na sociedade, é por meio das margens que se constitui o centro. É por meio da abjeção que se delimita o objeto. Neste sentido, as instituições sociais exercem a pedagogia da sexualidade e do gênero (LOURO, 2000), delimitam as identidades que representam a norma, gerando disputas de poder e confrontos políticos.

Contra a ahistoricidade, alienação e ideologia, as identidades trans* enaltecem o caráter histórico e cultural das identidades e contra o poder, fazem-lhe resistência, como discursa Thaís Azevedo, que reivindica seu gênero travesti, contra as imposições do mundo que organiza os gêneros de forma binária:

Eu não sou obrigada a me definir entre esses dois pilares (homem ou mulher). Então eu sou uma revolucionária, me desculpa meu querido, vai pra puta que pariu com esses dois pilares. Porque eu vou jogar uma corda em um e no outro, vou botar uma rede e vou me balançar, que foi o que eu fiz a minha vida toda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se propôs a investigar o processo de conscientização política das identidades trans*. É de suma importância entender o contexto em que a maioria das pessoas trans* se desenvolvem. No período de transição para a adolescência grande parte da população trans* é excluída das famílias, sofrendo uma sucessão de perdas simbólicas e materiais. Na escola sofrem violência física e psicológica por meio do desrespeito ao nome social, utilização dos banheiros de acordo com seu gênero, piadas e agressões físicas. Por conta disso muitas mulheres transexuais e travestis são compelidas a se prostituir como forma de subsistência.

A prostituição compulsória envolve outras violências e violações de direitos, perpetuando a exclusão, o estigma e o silenciamento destas identidades. A partir disso como pensar em conscientização nesta população?

A conscientização se desenvolve à medida que estas identidades desvelam as contradições presentes na sociedade, percebem as estruturas de poder que lhes oprimem e resgatam sua história e suas potências. Esse exercício só é possível nos regimes democráticos, que possibilitam os embates, questionamentos e inquietações, por isso o desenvolvimento da consciência se dá em coletividade.

As ações dos movimentos trans* em São Paulo debatem sobre a violação dos direitos desta população, frequentemente resgatam a história de luta, resistência e resiliência frente ao regime autoritário que a sociedade lhes impõe face a um falseamento da democracia. Estes discursos provocam identificações, senso de coletividade e pertencimento a este grupo, que muitas vezes se apresenta como primeiro lugar de afetividade para estas pessoas.

A participação nestes debates e espaços promove a elucidação de diversos mecanismos de controle, o que possibilita a indignação frente aos seus opositores e a volição às mobilizações que visam abalar as estruturas sociais. Segundo Paulo Freire:

É que, no momento em que os indivíduos, atuando e refletindo, são capazes de perceber o condicionamento de sua percepção pela estrutura em que se encontram, sua percepção começa a mudar, embora isto não signifique ainda a mudança da estrutura. É algo importante perceber que a realidade social é transformável; que feita pelos homens, pelos homens pode ser mudada; que não é algo intocável, um fado, uma sina, diante de que só houvesse um caminho: a acomodação a ela. É algo importante que a percepção ingênua da realidade vá cedendo seu lugar a uma percepção que é capaz de perceber-se; que o fatalismo vá sendo substituído por uma crítica esperança que pode mover os indivíduos a uma cada vez mais concreta ação em favor da mudança radical da sociedade. Ao trabalhador social reacionário nada disto interessa (FREIRE, 2014b. p-33).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENTO, B. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BUTLER, J. Regulações de gênero. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 42, p. 249-274, jun. 2014.

_____. Desdiagnosticando o gênero. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p.95-126, 2009

_____. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, M. F. L. **"Que mulher é essa?"**: identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais. 2011. 147 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) Programa de pós-Graduação em Saúde Coletiva, Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, P. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Centauro, 1980.

_____. **Ação Cultural: para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2014b.

_____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2014a.

GOFFMAN, E. **Estigma**. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

JESUS, J. G. Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. In: MARANHÃO, F.; (Org.). Dossiê (In) visibilidade trans. **História Agora**, São Paulo, v.1, n. 14, p. 101-123, 2013.

_____. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Brasília, 2012.

Disponível em: <
http://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989> Acesso em: 12 out. 2014.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 1991.

LOURO, G. "Pedagogias da sexualidade". In: _____. (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MARTÍN-BARÓ, I. Conscientización y Currículos Universitarios. **Psicología de la Liberación**, p. 131-159, 1998b.

_____. El Latino Indolente. In: A. Blanco (Ed.), *Psicología de la Liberación*, Madrid: Editorial Trotta, S.A. 1998a.

_____. Hacia una psicología de la liberación. **Psicología sin fronteras: revista electrónica de intervención psicosocial y psicología comunitaria**, v. 1, n. 2, p. 7-14, 2006.

MINAYO, M. C. S. **Desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 1996.

MONTERO, M. **Introducción a la Psicología Comunitaria**: desarrollo, conceptos y procesos. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2004.

PIMENTEL, I. I.; BARBOSA, A. C. S. O Ritual De Transformação e a Formação Da Identidade Travesti: da saída do Lar à territorialização da Rua. In: II CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 2013, Belo Horizonte. **Anais**. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

SAWAIA, B. B. **As Artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2011.

SCHMIDT, M. L. S. Pesquisa participante e formação ética do pesquisador na área da saúde. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 391-398, 2008.

SILVA, A. S. A identificação de adversários, de sentimentos antagônicos e de (in) eficácia política na formação da consciência política no MST Paulista. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 7, n. 1, p. 0-0, 2007.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.

CONTATO: danielfilipe.m@gmail.com (IC) e alex.carvalho@mackenzie.br (Orientador).